

O ENSINO MÉDIO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: AVANÇOS E RETROCESSOS

Aparecida de Fátima Silva

Daniele da Costa Santos

Elen Sampaio

Marlene Teixeira Hul

Regiane Priscila Basso

Vera Lucia Martiniak

Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG

GT- História, Sociedade e Educação nos Campos Gerais/PR

RESUMO: Esse artigo tem por objetivo analisar a importância dada ao Ensino Médio dentro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, e as suas relações com os outros níveis de ensino da Educação Básica, da qual faz parte. Para tanto confrontaremos os posicionamentos do Ministério da Educação e Cultura (MEC) com outros educadores que possuem uma visão diferente da oficial. O atraso escolar é um dos graves problemas que atinge uma grande quantidade de alunos do nível médio de ensino, devido à repetência e ao abandono da escola, problemas crônicos na educação brasileira. Outra questão se refere ao baixo número de docentes que atuam no Ensino Médio, devido à falta de estrutura física e de materiais pedagógicos à disposição nas escolas, além do baixo salário. A natureza da formação do Ensino Médio tem sido também geradora de várias controvérsias, pois, de um lado estão aqueles que discutem que seja um nível destinado à ampliação da cultura geral do educando; e de outro, se fala na volta à habilitação profissional, de maneira que os alunos recebam maiores orientações a respeito do mundo do trabalho, sem, no entanto, deixar de ter acesso à formação mais ampla. Todas as dualidades presentes nos pressupostos teóricos, metodológicos e práticos geram uma situação que as escolas, de formas estritamente pedagógicas, não dão conta de resolver. Portanto, os desafios e impasses precisam ser compreendidos e enfrentados, identificando-se as verdadeiras causas dos problemas, propondo-se medidas que não sejam apenas ideológicas, populistas, demagógicas ou clientelistas. Assim, é preciso pensar numa escola pública e de qualidade para o Ensino Médio, que seja efetivamente democrática e que seu projeto pedagógico, sem a pretensão de ser compensatório, propicie as necessárias mediações para que os filhos de trabalhadores excluídos socialmente tenham condições adequadas de produção científica, tecnológica e cultural, onde se formem sujeitos leitores de mundo, mais críticos e conscientes de onde vivem e do seu poder de transformação.

Palavras-chave: Ensino Médio, natureza de formação, discurso oficial.

THE HIGH SCHOOL IN THE BRAZILIAN EDUCATION: ADVANCES AND RETROCESSIONS

ABSTRACT: That article has for objective to analyze the importance given to the Medium Teaching inside of the Law of Guidelines and Bases of the National Education, Law no. 9394/96, and their relationships with the other levels of teaching of the Basic Education, of which is part. For so much we will confront the positionings of Ministry of Education and Culture (MEC) with other educators that possess a vision different from the official. The school delay is one of the serious problems that reaches a great amount of students of the medium level of teaching, due to the repetition and abandoned of the school, chronic problems in the Brazilian education. Another subject refers to the low number of teachers that you/they act in the Medium Teaching, due to the lack of physical structure and of pedagogic materials to the disposition in the schools, besides the low wage. The nature of the formation of the Medium Teaching has also been generating of several controversies, because, on a

side they are those that discuss that it is a level destined to the enlargement of the student's general knowledge; and of other, it is spoken in the turn to the professional qualification, so that the students receive larger orientations regarding the world of the work, without, however, to leave of having access to the widest formation. All of the present dualities in the presuppositions theoretical, methodological and practical generate a situation that the schools, in ways strictly pedagogic, they don't give bill of solving. Therefore, the challenges and impasses need to be understood and faced, identifying the true causes of the problems, intending measures that you/they are not just ideological, populist, demagogic or clientelistas. Like this, it is necessary to think at a public school and of quality for the Medium Teaching, that it is indeed democratic and that his/her pedagogic project, without the pretension of being compensatory, propitiate the necessary mediations so that the workers' children excluded socially have appropriate conditions of production scientific, technological and cultural, where they are formed subjects world readers, more critical and conscious of where they live and of his/her transformation power.

Key-words: Medium teaching, formation nature, official speech

O ENSINO MÉDIO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: AVANÇOS E RETROCESSOS

Aparecida de Fátima Silva
Daniele da Costa Santos
Elen Sampaio
Marlene Teixeira Hul
Regiane Priscila Basso
Vera Lucia Martiniak

Introdução

A denominação do ensino médio, situado entre o fundamental e o superior, tem variado conforme as leis que regeram o país em determinados períodos da educação brasileira. Na Lei nº 4024/61, que vigorou na definição dos graus de escolaridade, o nome adotado foi *Ensino Médio*, com duas ramificações: *secundário e técnico*. Com a Reforma da Lei nº 5692/71, o nome mudou para *Ensino de 2º Grau* e assim se manteve até a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), que voltou a consagrar a primeira expressão e é esta que encontramos na Lei nº 9394/96, em vigência.

Segundo a Revista do Ensino Médio (MEC, 2004), baseando-se em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mais de nove milhões de estudantes cursam esse nível de ensino, o qual cresce num ritmo mais acelerado que os demais. Nos últimos 10 anos, o ensino teve um crescimento de 84%. Isso quer dizer que o número de jovens que estão terminando a educação básica mais que dobrou desde 1994, alcançando 1,9 milhão em 2002. Dos alunos matriculados no ensino regular, 88% estão em escolas públicas e são, na maioria, mulheres. Praticamente toda a oferta acontece na área urbana e quase metade dos estudantes estão matriculados no período noturno. São cerca de 4,3 milhões de jovens que, em grande parte, trabalham durante o dia.

No Brasil, dentro da faixa considerada ideal para o ensino médio (15 – 17 anos), 83% dos jovens estão na escola, mas apenas 33% freqüentam o secundário. O atraso escolar é um problema que atinge cinco de cada dez alunos desse nível de ensino. A distorção idade-série é apontada nas avaliações do MEC como um dos fatores associados ao baixo desempenho. Esse

atraso escolar é resultante da repetência e do abandono, problemas crônicos na educação brasileira.

Outro dado se refere ao número de docentes que atuam no Ensino Médio: quase 500 mil, sendo 90% com nível superior e 76% presentes em escolas públicas. No entanto, apesar de haver um impulso na formação de novos professores, um estudo do INEP mostra que o Brasil precisa de cerca de mais 250 mil professores, principalmente nas áreas de física e química. Essa deficiência só tende a aumentar nos próximos anos em virtude da aposentadoria de profissionais que estão na ativa e do crescimento natural da rede de ensino (NOVA ESCOLA, 2004). Além disso, o baixo salário dos docentes é mais uma razão desse déficit. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o salário médio mensal do professor de ensino médio é de R\$ 866,00. Mesmo sendo o maior valor para docentes da educação básica, esse ganho é bastante inferior em relação ao de outras profissões.

A natureza do Ensino Médio ao longo dos anos

O Ensino Médio é um nível de ensino que tem gerado inúmeras controvérsias sobre a sua natureza de formação. Para uns, trata-se de um ensino destinado a ampliar a cultura geral do educando. Para outros, deveria voltar-se para a habilitação profissional, com ênfase maior para as disciplinas específicas em relação às de ordem geral, como aconteceu na Reforma de 1971 (Lei nº 5692), obrigando todas as instituições a priorizarem a formação técnica.

No entanto, sabemos que esse procedimento resultou num comprovado fracasso, pois não formou técnicos qualificados para o mundo do trabalho, nem desenvolveu o gosto pela cultura geral na juventude da época. Essa, portanto, é uma das principais causas da crise, que vem se aprofundando nos últimos anos neste grau de ensino. Além disso, dentro dessa crise, emergiram e se expandiram as redes de “cursinhos” pré-vestibulares, assim como desqualificaram os cursos superiores, em função do despreparo cultural dos alunos.

A partir do ano 2000, o Ensino Médio passou a ser considerado para a vida, em contraposição à proposta anterior, que tinha o objetivo de preparar para o trabalho. O jovem poderá fazer um curso profissional, desde que em outra rede, em outro curso, de forma concomitante ou complementar. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o MEC, articulado com a sociedade brasileira, vem realizando um grande esforço para transformar o sistema de ensino, tendo por objetivo maior a expansão e melhoria da qualidade do ensino médio, fazendo frente aos desafios postos por um mundo em constante mudança. Para isso, foi proposto um currículo baseado no domínio de competências básicas, vinculados aos diversos contextos de vida dos diferentes alunos, em contraposição ao acúmulo de informações.

Antes, com o antigo 2º grau, o ensino era descontextualizado, compartimentalizado e baseado no acúmulo de informações. Hoje, com o novo ensino médio, mediante a contextualização, evita-se a fragmentação através da interdisciplinaridade, incentivando-se o raciocínio e a capacidade de aprendizagem dos alunos.

O projeto de reforma do Ensino Médio faz parte de uma política mais geral de desenvolvimento social, priorizando as ações na área da educação. Como os demais países da América Latina, o Brasil está empenhado em promover reformas nessa área, propiciando a superação do quadro de extrema desvantagem em relação aos índices de escolarização e do nível de conhecimento dos países desenvolvidos.

A denominada *revolução informática* promove mudanças radicais na área do conhecimento, passando a ocupar um lugar central nos processos de desenvolvimento, prevendo para as próximas décadas a transformação da educação.

Nas décadas de 60 e 70, considerando o nível de industrialização na América Latina, a política educacional vigente priorizou, como finalidade para o ensino médio, a formação de especialistas capazes de dominar a utilização de maquinários ou de dirigir processos de produção. Esta tendência levou o Brasil, segundo os PCNs, a propor a profissionalização compulsória, estratégia que também visava à diminuição da pressão da demanda sobre o ensino superior. Na década de 90, o volume de informações, produzido em função das novas tecnologias, foi superado, colocando novos parâmetros para a formação dos cidadãos, não se tratando da acumulação de conhecimentos, mas visando a formação do aluno, o qual precisa adquirir conhecimentos básicos e gerais, somados à preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias nas diferentes áreas de atuação.

O Ensino Médio em vigor

O Art. 35º da Lei 9394/96 fixa a duração mínima para esse nível de ensino em três anos e estabelece as suas finalidades, que são:

- I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;*
- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;*
- III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;*
- IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.” (LDB, 1996)*

Conforme SOUZA e SILVA (1997), não se trata de formar um técnico para o trabalho, já que a nova LDB declara não ser função da escola formal, mas dotar o educando de conhecimentos básicos sobre as profissões e suas chances mercadológicas. Assim, os conteúdos dessas disciplinas voltadas para o trabalho deverão conter, entre outras coisas, o conhecimento sobre a natureza das profissões, suas operacionalidades e informações sobre as oportunidades reais no mercado de trabalho. Desta forma, valerá como um instrumento de definição vocacional do educando e de orientação para o trabalho, tanto para profissionalizar-se em centros especializados, quanto para optar por cursos superiores ligados ao mesmo campo profissional. Por outro lado, essa preparação básica deverá instrumentalizar o educando de modo a possibilitar-lhe uma fácil readaptação frente às mudanças provocadas pela evolução tecnológica. Quanto à cidadania, o currículo terá em vista a cultura histórica, social e política, incluindo o domínio do texto e do significado da CF/1988, bem como as práticas de cooperação em grupo, da participação democrática e da capacidade de análise crítica da realidade social. Ainda, de acordo com esses autores, se as escolas conseguirem traduzir na realidade esses objetivos que inspiram o Ensino Médio, a crise dos rumos, que vem desorientando os professores nesse patamar, terá tudo para ser dissolvida.

Porém, o Ensino Médio em vigor, consubstanciado na Resolução 03/98 do Conselho Nacional de Educação, é parte integrante das políticas propostas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que expressam uma concepção de educação orgânica baseada no modelo econômico neoliberal, versão nacional do processo globalizado de acumulação flexível. Assim, segundo Kuenzer (2000, p. 17):

Compreender a Reforma do Ensino Médio, portanto, exige que se elucidem as concepções, preenchendo o discurso lacunar, para que as intencionalidades decorrentes de interesses e visões particulares de mundo, próprias das diferentes posições de classe, venham à tona e assim se possa exercer o direito de escolha por possíveis históricos que são necessariamente contraditórios, dentro dos limites da democracia possível.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho têm trazido à educação novas demandas de formação humana e nas discussões sobre as políticas públicas em educação é fato comprovado que há a necessidade da expansão da oferta do Ensino Médio até que se atinja sua universalização, considerando que é impossível à participação social, política e produtiva, sem ter-se ao menos a educação básica completa. Ao mesmo tempo, não podemos entender a formação profissional sem uma sólida formação geral, buscando-se a superação da ruptura histórica determinada entre uma escola que ensine a pensar e outra que ensine a fazer.

Essas mudanças apontam para uma nova forma de relação entre ciência e trabalho, na qual as formas de fazer passam a ser substituídas por ações que articulem conhecimento científico, capacidades cognitivas superiores e capacidade de intervenção crítica e criativa perante situações inesperadas, que exigem soluções rápidas, originais e teoricamente fundamentadas, respondendo ao caráter dinâmico, complexo, interdisciplinar e opaco que caracteriza a tecnologia na contemporaneidade. Essa nova realidade exige novas formas de mediação entre o homem e o conhecimento, que já não se esgotam no trabalho e no desenvolvimento da memorização de conteúdos ou formas de fazer e de condutas e códigos éticos rigidamente definidos pelo modelo taylorista/fordista, compreendido não só como forma de organização do trabalho, mas da produção e da vida social, na qualidade de paradigma cultural dominante nas sociedades industriais modernas.

Compreendida dessa forma, a formação humana para a vida social e produtiva não se refere apenas ao domínio de modos de pensar e fazer bem definidos, individuais e diferenciados de acordo com o lugar a ser ocupado na hierarquia do trabalhador coletivo, deixando de ser concebida de maneira linear, como conjunto de atributos individuais, psicofísicos e socialmente definidos. Mas, pelo contrário, passa a ser o resultado da articulação de diferentes elementos, através da mediação das relações no mundo do trabalho e na vida em coletivo, resultando de vários elementos determinantes subjetivos e objetivos, como a socialização, a natureza das relações sociais vividas e suas articulações, a escolaridade, o acesso a informações, o domínio do método científico, a origem de classe, a duração e a profundidade das experiências de trabalho e sociais, o acesso a espaços e saberes científicos e culturais.

Conseqüentemente, a qualificação profissional configura uma série de conhecimentos e habilidades cognitivas e comportamentais que permitam ao cidadão-produtor chegar ao domínio intelectual da técnica e das formas de organização social, de modo que seja capaz de criar soluções originais para problemas novos, que exigem criatividade e domínio do conhecimento.

Kuenzer (1997, p. 9 - 10) considera que a elaboração de uma nova proposta pedagógica – que conduza à capacidade de lidar com a incerteza, substituindo a rigidez pela flexibilidade e rapidez, com objetivo de atender a demandas dinâmicas, que se diferenciam em qualidade e quantidade, não num movimento de ajustamento, mas de participação como sujeitos na construção de uma sociedade em que o resultado da produção material e cultural esteja disponível para todos, assegurando qualidade de vida e preservando a natureza – não é um problema pedagógico, mas sim político.

Com base nessa crítica, não basta afirmar que a nova educação média deverá ser tecnológica – e, portanto, organizada para promover o acesso articulado aos conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos – e, ao mesmo tempo, extinguir os cursos profissionalizantes, estabelecendo por decreto que a dualidade estrutural foi superada por meio da constituição de uma única rede, o que justificou, inclusive, a não discussão de formas de equivalência entre Ensino Médio e profissional. (KUENZER, 2000, p.20)

Assim, a solução do problema não se restringe ao campo do pedagógico, pois não é suficiente para transformar a realidade dividida por relações (novas/velhas) que o neoliberalismo estabelece entre capital e trabalho, na qual o crescimento da exclusão e a diminuição dos recursos públicos, que permitiriam a formulação de políticas e projetos necessários à garantia dos direitos mínimos de cidadania, não são distorções, mas a própria natureza do modelo.

Segundo a autora, a dualidade estrutural que determinou duas redes diferenciadas ao longo da história da educação brasileira tem suas raízes na forma de organização da sociedade, que expressa as relações entre capital e trabalho. Pretender resolvê-la na escola, por meio de uma nova concepção, é muita ingenuidade. Assim, pode-se afirmar que a materialidade da escola média brasileira, produto histórico de um determinado modelo de organização social, econômica e política, não oferece condições para a unitariedade.

Diante desse panorama, resta-nos questionar a que interesses servem a disseminação da idéia de que este nível de ensino continua, sob a falsa idéia da unitariedade, perversamente mais dual.

Uma análise mais séria a respeito do modelo de desenvolvimento neoliberal levará à constatação da dependência externa do Brasil, o predomínio de investimentos de caráter especulativo, a corrosão dos fundos públicos pela própria natureza da globalização, com os agravantes da sonegação e da renúncia fiscal, além do mau uso e da corrupção, culminando com o fechamento de postos de trabalho e com o aumento da exclusão.

As pesquisas realizadas no Brasil apontam para a tendência à polarização das competências, através de um sistema educacional que articule formação e demanda, de tal modo que à grande maioria da população assegure-se, no máximo, acesso à educação básica, fundamental e média, e mesmo assim em longo prazo, para que possa exercer alguma tarefa precarizada na informalidade ou no mercado formal. A oferta da educação científico-tecnológica mais avançada fica restrita a uma minoria de trabalhadores, e assim mesmo de forma hierarquizada, com níveis crescentes de complexidade que vão do pós-médio à pós-graduação. Mesmo entre os trabalhadores incluídos vêm se construindo diferenciações, criando-se novas categorias de profissionais qualificados em processo permanente de competição, definindo-se a nova concepção de empregabilidade como o resultante do esforço individual e fundada na *flexibilidade*, como capacidade para adequar-se às mudanças, mesmo quando significam perda de direitos e de qualidade de vida, visto à intensificação do trabalho.

O Brasil ainda luta para universalizar o Ensino Fundamental, recomendação feita pelo Banco Mundial, deixando de investir em educação profissional especializada e de elevado custo como estratégia de racionalização financeira com vistas a atingir as metas de ajuste fiscal. Ao mesmo tempo, as pesquisas apontam a *irracionalidade* do investimento em educação acadêmica e prolongada para aqueles que são a grande maioria e não nascem competentes para o exercício de atividades intelectuais, como os pobres, os negros, as minorias étnicas e as mulheres. Para estes basta um padrão mínimo exigido para a

participação na vida social e produtiva nos atuais níveis de desenvolvimento científico e tecnológico, complementada por qualificação profissional de curta duração e baixo custo.

Dando prioridade ao Ensino Fundamental, o Estado se descompromete com a universalização, prevista na Constituição para ser atingida progressivamente, e passa a utilizar o conceito de equidade, no sentido de dar a cada um segundo sua diferença, não como desigualdade, mas como atributo natural, próprio do ser humano.

O Banco Mundial, nos documentos para os países pobres, adota esse conceito justificando a inadequação da concepção de universalização, já que as diferentes competências resultam de atributos *naturais*, que não se alteram significativamente pela permanência no sistema educacional. Nessa perspectiva, a universalização significa desperdício, e, portanto, sofisticação imprópria para países em crise, que devem priorizar investimentos com maior probabilidade de retorno. (BANCO MUNDIAL, 1995, apud. KUENZER, 2000)

Segundo a autora, essa reforma constituiu-se em um ajuste conservador, retrocedendo aos anos 40, quando a dualidade estrutural do sistema de ensino impôs dois níveis: um para a formação do trabalhador e outro para a formação da elite privilegiada. Mesmo considerando que a universalização da educação básica vem sendo defendida de forma unânime, é preciso levar em conta as particularidades do caso brasileiro, onde ainda inexistem orçamentos e verbas e apenas 25% dos jovens em idade de Ensino Médio são atendidos. Além disso, a democratização do Ensino Médio não se limita à expansão de vagas, mas exige espaços físicos adequados, bibliotecas, professores concursados e capacitados. Sem esse mínimo de condições, discutir um novo modelo simplesmente, não resolve o problema.

Considerações finais

Os novos desafios a serem enfrentados pelo Ensino Médio precisam ser compreendidos identificando-se suas verdadeiras causas, propondo-se medidas que não sejam ideológicas, populistas, demagógicas ou clientelistas. Assim, a proposta do modelo único, colocada pela Resolução 03/98 CNE, não resolve o impasse, visto que submeter os desiguais a tratamento igual só faz aumentar a desigualdade. Portanto, é com essa realidade que o Ensino Médio precisa trabalhar, ao estabelecer suas diretrizes curriculares: um imenso contingente de jovens que se diferenciam por condições de existência e perspectivas de futuro desiguais.

Oferecer o Ensino Médio sob uma única modalidade, em substituição aos distintos ramos do ensino técnico que vinham sendo oferecidos para atender o mercado de trabalho é tão inadequado quanto manter essa estrutura, com um ramo de educação geral e outro de educação profissional. Será necessário, então, formular diretrizes que priorizem uma formação científico-tecnológica e sócio-histórica para todos no sentido da construção de uma igualdade que não está dada desde o início, e que, por essa mesma razão, exige mediações diferenciadas no próprio Ensino Médio, para atender às demandas de uma clientela diferenciada e desigual.

Temos clareza que o tratamento teórico-metodológico adequado dos conteúdos das áreas de códigos e linguagens, ciências da natureza, matemática e ciências humanas, todas complementadas com o estudo das formas tecnológicas se efetivamente viabilizado, fornecerá suporte à participação na vida social e produtiva. Contudo, esse tratamento será insuficiente para certas clientelas, para as quais o Ensino Médio é mediação necessária para o mundo do trabalho, e em muitos casos condição de sobrevivência. Para atender às necessidades dessa clientela, alguma forma de preparação para a realização de alguma atividade produtiva deverá ser oferecida. Não se preocupar com isso significará estimular os jovens que precisem

trabalhar ao abandono do Ensino Médio, ou mesmo a sua substituição por cursos profissionais, abrindo mão do direito à escolaridade e à continuidade dos estudos. Dessa forma, o Ensino Médio deverá responder tanto às demandas do acesso ao trabalho quanto da continuidade dos estudos com competência e compromisso.

Ao assumir que as obrigações do Ensino Médio referem-se a todos os adolescentes, independentemente de sua origem de classe, é preciso destacar o papel da escola pública na construção de uma proposta pedagógica que propicie situações de aprendizagem variadas e significativas aos estudantes, de modo geral pauperizados economicamente, e, em consequência, cultural e socialmente. Parece óbvia essa função, no entanto, aqui no Brasil, o Ensino Médio tem exercido, entre outras, a função de confirmar a inclusão dos incluídos, justificada pelos resultados escolares. Não é por acaso que os que permanecem na escola são também os que melhor se comunicam, têm melhor aparência, dominam mais conhecimentos e apresentam condutas mais adequadas ao disciplinamento exigido pela vida escolar, produtiva e social.

A escola pública de Ensino Médio só será efetivamente democrática quando seu projeto pedagógico, sem pretender ingenuamente ser compensatório, propiciar as necessárias mediações para que os filhos de trabalhadores e excluídos estejam em condições de identificar, compreender e buscar suprir, ao longo de sua vida, suas necessidades em relação à produção científica, tecnológica e cultural. Além disso, é importante considerarmos as condições adequadas para essa democratização.

Verificamos que, pelo desenrolar dos fatos e das recomendações feitas pelo Banco Mundial, o Ensino Médio, público e de qualidade, não é prioridade do governo, visto seu fundamento no modelo econômico neoliberal, e neste como já vimos, não há espaço de trabalho digno para todos. Da mesma forma, educação de qualidade será cada vez mais reservada a poucas pessoas, sob a alegação do mérito acadêmico, escondendo um tipo de governo antidemocrático, que aos olhos do povo miserável e ignorante ainda faz muitas coisas pelos pobres.

Nós, como educadores, precisamos compreender e nos sensibilizarmos para mudar esse quadro, nos esforçando ao máximo para formarmos alunos críticos e leitores do mundo. Assim como também nós mesmos precisamos nos unir mais em prol de condições melhores de trabalho e, conseqüentemente, conseguirmos uma sociedade mais justa e humana, que vise o bem-estar das pessoas e não somente a lógica capitalista de mercado. Precisamos formar e nos formar enquanto pessoas humanas, com necessidades dignas de trabalho e de convivência.

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: Bases Legais**. Brasília: MEC/SEMT, 1999.

GIRARDI, Giovana. Há vagas para professores. **Revista Nova Escola**, São Paulo, Ano XIX, n. 175, p. 24 – 27, set. / 2004.

KUENZER, Acácia Z. O Ensino Médio agora é para a vida: entre o dito, o feito e o pretendido. **Revista Educação & Sociedade**, v. 21, n. 70, p. 15 – 39, Abr. /2000.

_____. **Ensino Médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.

REVISTA DO ENSINO MÉDIO. Números revelam grande expansão do Ensino Médio. Brasília: Assessoria de Comunicação do MEC, n. 4, p. 4 – 5, 2004.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de; SILVA, Eurides Brito da. **Como entender e aplicar a nova LDB**: Lei nº 9394/96. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.